



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores cotistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e as correspondentes demonstrações financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao período de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

Recitas de prestação de serviços

As recitas de prestação de serviços totalizaram em 2025 R\$ 16 milhões, com uma redução de (96)% em relação ao ano anterior.

Resultado do semestre/exercício e por cota

Em 2025, o prejuízo totalizou R\$ (2) milhões, registrando uma redução de R\$ (15,9) milhões em relação ao ano anterior, sendo que o prejuízo por cota foi de R\$ (0,96) em 2025.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social

- Metas:
 - Investir R\$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
 - Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
 - Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade

- Metas:
 - Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
 - Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de

autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).

- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

- Meta:
 - Comercializar R\$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor

- Metas:
 - Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
 - Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025-2030.

Guiada para "Cuidar do presente para regenerar o futuro", Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar - indo além da preservação.

A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.

Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando crescimento anualizado de 2,7% ("Atlanta FED GDPNow"), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.

Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o "FED" (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano

baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do "FED" (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global. No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.

Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%. A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.

A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.

Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%. Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2025
Disponibilidades		19.270	Outras obrigações		3.161
Caixa e equivalentes de caixa	7	19.270	Sociais e estatutárias		699
Instrumentos financeiros			Fiscais e previdenciárias	10.1	256
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		11.249	Provisão para pagamentos a efetuar	10.2	1.323
Títulos e valores mobiliários	8	11.249	Diversas	10.3	326
Outros créditos	9	1.923	Provisões para impostos e contribuições diferidas		61
Rendas a receber		657	Provisões judiciais	10.4	496
Diversos		1.266	Patrimônio líquido		29.281
			Capital social	11 (a)	17.500
			Reservas de lucros		418
			Ajustes de avaliação patrimonial		59
			Lucros acumulados		11.304
Total do ativo		32.442	Total do passivo e patrimônio líquido		32.442

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2025		17.500	273	73	13.555	31.401
Reconhecimento pagamento em ações	11 (c)	-	333	-	-	333
Cotas alienadas	11 (c)	-	(188)	-	-	(188)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	(14)	-	(14)
Resultado do exercício		-	-	-	(2.251)	(2.251)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		17.500	418	59	11.304	29.281
Saldo em 30 de junho de 2025		17.500	219	70	14.565	32.354
Reconhecimento pagamento em ações	11 (c)	-	199	-	-	199
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	(11)	-	(11)
Resultado do semestre		-	-	-	3.261	(3.261)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		17.500	418	59	11.304	29.281

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), constituída em 8 de abril de 1991 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 10 de setembro de 1991, com sede na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Campos Elíseos - São Paulo - SP, 7º andar Torre A, tem como objeto social a distribuição de títulos e valores mobiliários. A Instituição é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios. Inserida na vertical de Bank, é uma controlada direta da Porto Negócios Financeiros.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - COSIF, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pelo BACEN.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20, e Resolução BCB nº 352/23. Conforme o artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, os novos critérios estabelecidos pela norma deverão ser aplicados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2025. A Administração optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, contudo, em algumas notas explicativas disponibilizamos os dados históricos de 01/01/2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Instituição. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2. CONTINUIDADE

A Administração considera que a Instituição possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Instituição opera.

2.4. ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Resolução CMN nº 5.185/24, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025: altera a Resolução nº 4.818/20, tornando obrigatória a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, registradas como companhias abertas que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3).

A PortoSeg é a instituição líder do conglomerado prudencial e se enquadra no Segmento 3 (S3).

Portanto, conforme faculta a Resolução CMN nº 5.185/24, a Instituição irá adotar o normativo somente quando este se tornar obrigatório, a partir do exercício de 2028. Em relação às mudanças trazidas pela Resolução BCB 352/23 aplicável a partir de 01 de janeiro de 2025, a Instituição observou seus ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e estes mantiveram sua classificação e mensuração, além de que não houve novas designações. Adicionalmente com relação aos passivos financeiros, não houve saldos no período.

A Lei 14.467/22 altera as regras relacionadas à dedução das perdas incorridas no recebimento de crédito decorrente de atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, porém, a Instituição não dispõe de saldo residual de perdas incorridas, com isso, não terá impacto tributário residual às novas regras de dedução introduzidas pela lei supramencionada.

CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtópicos e três categorias para recitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
 - Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
 - Operacionalização: Normas da Receita Federal.
- A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir:

3.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.1. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os modelos de negócios e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos, conforme a Resolução BCB 352/23:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (CA):

O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é receber os respectivos fluxos de caixa contratuais. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas específicas.

Ativos financeiros mensurados a valor justo em outros resultados abrangentes ("VJORA"):

O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas específicas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por cota)

	Nota Explicativa	2º Semestre de 2025	Dezembro de 2025
Recitas da intermediação financeira		2.298	4.343
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.298	4.343
Outras recitas/(despesas) operacionais		(5.368)	(5.554)
Recitas de prestação de serviços	12	5.527	15.895
Despesas de pessoal	13	(2.639)	(5.054)
Outras despesas administrativas	14	(6.301)	(12.638)
Despesas tributárias	15	(628)	(1.700)
Outras recitas operacionais		(808)	(927)
Outras despesas operacionais		(519)	(1.130)
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		(3.070)	(1.211)
Imposto de renda e contribuição social	16	(333)	(596)
Ativo fiscal diferido	16	905	706
Participações nos resultados		(763)	(1.150)
Resultado por cota do semestre/exercício		(3.261)	(2.251)
Quantidade de cotas		2.333	2.333
Resultado do semestre/exercício por cota básico e diluído	18	(1,3976)	(0,9647)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2025	Dezembro de 2025
Resultado do semestre/exercício	(3.261)	(2.251)
Outros resultados abrangentes	(11)	(13)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do semestre/exercício:		
Ganhos e perdas atuariais	(18)	(22)
Efeitos tributários sobre resultado com ganhos e perdas atuariais	7	9
Total dos resultados abrangentes para o semestre/exercício, líquido de efeitos tributários	(3.272)	(2.264)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2025	Dezembro de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do semestre/exercício	(3.261)	(2.251)
Redução de ativos e passivos	16.192	18.234
Variação em títulos e valores mobiliários	15.652	19.134
Variação em rendas a receber	2.114	3.717
Variação em outros créditos diversos	(199)	(529)
Variação em outras obrigações sociais e estatutárias	520	893
Variação em outras obrigações fiscais e previdenciárias	(54)	(3.289)
Variação em pagamentos a efetuar	(131)	161
Variação em obrigações - diversas	(1.710)	(1.853)
Caixa consumido pelas operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(609)
Caixa líquido gerado/(consumido)	12.931	15.374
nas atividades operacionais	12.931	15.374
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	12.931	15.374
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	6.339	3.896
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	19.270	19.270

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR"):

Operações que sejam geridas dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja gerar retorno somente pela venda. Operações que não se enquadrem nas categorias anteriores ("categoria residual").

Para estes ativos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Instituição utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Não houve alteração nas classificações dos níveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Instituição não identificou impactos relativos a adoção da Resolução quanto a classificação dos ativos e passivos financeiros.

3.2.2. TAXA DE JUROS EFETIVA

Os instrumentos financeiros inicialmente reconhecidos nas categorias Custo Amortizado ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) passarão a ter seu valor ajustado com base nos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e nos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento, de acordo com Capítulo I - art. 2, do item XVII da resolução BCB nº 352/23.

Dado que a Instituição não possui ativos ou passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado não observamos impactos sobre esse item.

3.2.3. ATIVO PROBLEMÁTICO E STOP ACCRUAL

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas.

Dado que a Instituição não possui ativos classificados e mensurados com apropriação de juros ou cobrança de taxas de juros pré ou pós fixadas, não observamos impactos sobre esse aspecto para os ativos financeiros mantidos pela Instituição.

3.2.4. PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

Dado que a Instituição não possui ativos classificados e mensurados com accrual de juros ou cobrança de taxas de juros pré ou pós-fixadas, não observamos impactos sobre esse aspecto para os ativos financeiros mantidos pela Instituição.

Em relação às cotas de fundos de investimentos, classificadas e mensuradas ao valor justo por meio do resultado, essas são definidas no nível 1 da hierarquia de valor justo. Diante disso, não possuem a constituição de provisão de perda esperada associada ao risco de crédito.

3.3. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões referem-se à parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistos periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.4. RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.4.1. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de intermediação financeira e de prestação de serviços compreendem o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos serviços prestados pela instituição

3.4.2. RECEITA DE JUROS

Para instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado, as variações no valor justo, incluindo os juros incorporados ao preço dos ativos, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício. A mensuração desses instrumentos observa a hierarquia de valor justo sendo classificados no nível 1.

3.5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos financeiros; (ii) da realização dos tributos diferidos; e (iii) das provisões e contingências para processos judiciais.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Instituição, dado os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Instituição adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Instituição dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Instituição para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Em observância às regras do Banco Central do Brasil, a Instituição divulga o Relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório encontra-se disponível no site da Porto Seguro (https://ri.portoseguro.com.br/informacoes-aos-acionistas/conglomerado-prudencial/).

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1. RISCO DE CRÉDITO

Corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras por parte do tomador, emissor ou contraparte nos termos pactuados nas operações de crédito.

Todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN 4.557/17 e suas alterações posteriores.

5.2. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de estresse;
- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

5.3. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias

("commodities").

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução BCB nº 11/2021 do BACEN e suas alterações posteriores. A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas a "hedge" de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos ("hedge") das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

5.4. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como à sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores-chave de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Instituição, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores-chave de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.5. RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos, pelo BCB nº 139, CMN nº 5.185, CVM nº 218/2024 e CVM nº 217/2024, e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Instituição, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental - incluindo o uso excessivo de recursos naturais - e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Instituição implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade - reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2025
Equivalentes de caixa (*)	19.122
Depósitos bancários	148
	19.270

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em letras financeiras do Tesouro (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO (*)

	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
LFTs	-	11.031	11.031
Cotas de fundos de investimentos	218	-	218
	218	11.031	11.249

(*) As receitas com títulos e valores mobiliários são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

Os títulos e valores mobiliários avaliados ao valor justo são classificados como "Nível 1" na hierarquia de valor justo.

9. OUTROS CRÉDITOS

	Dezembro de 2025
Rendas a receber - taxas de gestão	657
Imposto de renda e contribuição social	609
Depósitos judiciais	549
Valores a receber	70
Outros	38
	1.923

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

10.1. FISCAIS E PREVIDENCIARIAS

	Dezembro de 2025
Imposto de renda retido	81
INSS	74
PIS e COFINS	44
ISS	30
Outros	27
	256

10.2. PROVISÕES PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

	Dezembro de 2025
Partes relacionadas (i)	780
Provisões a pagar - funcionários	399
Fornecedores	143
Outros	1
	1.323

(i) Vide nota explicativa nº 17.

10.3 DIVERSAS

	Dezembro de 2025
Benefícios a empregados	150
Créditos a identificar	138
Contas a pagar	28
Recursos disponíveis de clientes	10
	326

10.4 PROVISÕES JUDICIAIS

10.4.1. PROVÁVEIS

A Instituição é parte envolvida em processos judiciais, de natureza fiscal. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável.

	Dezembro de 2025
Processos com adesão ao REFIS (i) e COFINS (ii)	496
	496

(i) REFIS

A Instituição aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação dos pedidos de desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(ii) COFINS

A Instituição discute a exigibilidade da contribuição ao COFINS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, onde aguarda-se a decisão no Recurso Extraordinário nº 609.096.

10.4.2. POSSÍVEIS

A Instituição é parte em ações de natureza tributária R\$ 149, que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 17.500, dividido em 2.333 cotas, no valor nominal de R\$ 7,50 cada.

(b) RESERVAS DE LUCROS

As reservas de lucros são constituídas e tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio social, evitando a descapitalização resultante da distribuição de lucros não realizados.

(c) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. ("Porto") possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Porto e/ou de suas coligadas e controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Instituição, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, incluindo o Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos diretores não estatutários e empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Companhia, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação do programa de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025
Saldo inicial	120
Diferimento do semestre/exercício	333
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(188)
Saldo final	265
Valor de mercado médio ponderado (R\$)	36,94

12. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A totalidade da receita de prestação de serviços refere-se à distribuição de fundos de investimentos.

13. DESPESA PESSOAL

	2º Semestre de 2025	Dezembro de 2025
Salários	(1.693)	(3.240)
Encargos Sociais	(571)	(1.114)
Outros	(375)	(700)
	(2.639)	(5.054)

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre de 2025	Dezembro de 2025
Custo corporativo (i)	(5.611)	(11.254)
Processamento de dados e infraestrutura	(183)	(644)
Serviços técnicos especializados	(360)	(513)
Donativos e contribuições	(30)	(79)
Localização e funcionamento	(2)	(5)
Outros	(115)	(143)
	(6.301)	(12.638)

(i) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto (vide nota explicativa nº 17).

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre de 2025	Dezembro de 2025
PIS e COFINS	(351)	(904)
ISS	(277)	(795)
Outros	-	(1)
	(628)	(1.700)

16. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A) ...	(3.833)	(2.361)
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	1.533	944
Depósitos judiciais	11	11
Inovação tecnológica	(85)	-
Doações/incentivos	(12)	-
Participação nos lucros - administradores	-	(60)
Outros	(875)	(785)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C) .	(961)	(834)
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	572	110
Taxa efetiva (D-A).....	14,9%	4,7%

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e headcount entre elas;
- (ii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde; e
- (iii) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Passivo
	Dezembro de 2025
Porto Cia	604
Portoseg	170
Porto Consórcio	6
	780

	Receitas	Despesas
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025
Porto Cia	635	(10.222)
Portoseg	-	(1.519)
Porto Saúde	-	(370)
Porto Consórcio	-	(208)
Porto Seguro Gestora de Recursos	-	(39)
	635	(12.358)

continua →

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. RESULTADO POR COTA

O resultado por cota básico da Instituição é calculado pela divisão do resultado atribuível aos cotistas pela média ponderada da quantidade de cotas emitidas durante o semestre.
 A Instituição não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por cota básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por cota diluído, conforme demonstrado a seguir:

	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Resultado atribuível aos cotistas da Instituição	(3.261)	(2.251)
Número de cotas durante o semestre/exercício.....	2.333	2.333
Média ponderada do nº de cotas durante o semestre/exercício.....	(1,3976)	(0,9647)

19. COMITÊ DE AUDITORIA

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, a autorização para emissão e/ou aprovação destas demonstrações financeiras em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2025 da Portoseg S.A., líder do Conglomerado Prudencial. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as sociedades do Conglomerado Prudencial, sendo exercida a partir da Portoseg S.A.. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 04 de fevereiro de 2026.

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Executiva Jurídica

EMILIO BENTANCOURT
Diretor Executivo de Riscos e Governança

PATRÍCIA QUIRICO COIMBRA
Diretora Executiva de Gente e Cultura

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

TIAGO VIOLIN
Diretor de Negócios

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor de Negócios

CARLOS EDUARDO NAEGLI GONDIM
Diretor de Negócios

PAULO SÉRGIO DE CARVALHO
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cotistas da **Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**
 São Paulo - SP

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da **Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Apresentação dos valores correspondentes do período anterior
 Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
 A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S/S Ltda.
 CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
 Contadora - CRC-SP198827/O

